

# A Revolta da Armada (1893)

Guilherme Mattos de Abreu <sup>a</sup>

**Resumo:** A Revolta da Armada foi um conflito significativo que ocorreu no Brasil entre 1893 e 1894, logo após a Proclamação da República. Envolveu a Marinha do Brasil, insatisfeita com o governo de Floriano Peixoto. Os revoltosos, liderados por almirantes e oficiais, contestavam a centralização do poder, a falta de autonomia das unidades navais e a concentração do governo republicano no Rio de Janeiro. A revolta foi marcada por combates navais, bloqueios de portos e cerco às cidades. Apesar de inicialmente forte, a Revolta da Armada acabou derrotada, consolidando o poder centralizado do governo republicano e marcando um episódio crucial na consolidação da República Velha no Brasil.

**Palavras-chave:** Revolta da Armada, Primeira República, forças armadas.

## INTRODUÇÃO

A República foi proclamada em decorrência de um movimento relativamente pacífico. Entretanto, aos 15 de novembro de 1889 seguir-se-ia um período turbulento e violento que mergulharia o País em uma era de incertezas, a qual perduraria por décadas.

Contrastou com o Período Monárquico, em que o Imperador representara uma figura aglutina-

dora. Em seu lugar, assumiu o governo o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, um chefe militar valoroso e respeitado, mas inexperiente como político e debilitado fisicamente. Sem o fator agregador da monarquia, os sentimentos locais represados não tardaram a manifestar-se.

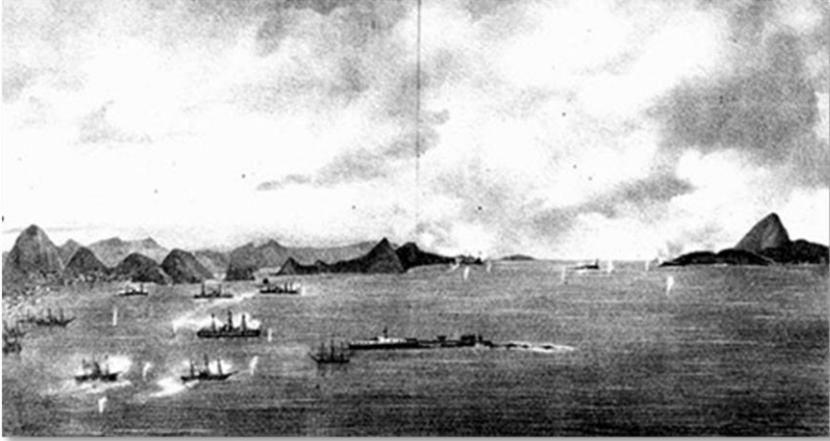
A primeira eleição para presidente e vice-presidente foi realizada em 25 de fevereiro de 1891, de forma indireta por um Congresso

---

<sup>a</sup> Contra-almirante, doutor em Ciências Navais. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Fig. 1 – Desenho retratando o duelo de artilharia entre os navios revoltosos e fortalezas, em 13 de setembro de 1893. Ao centro, vê-se a Fortaleza de Villegagnon. À sua esquerda, o maior navio em destaque é o encouraçado *Aquidabã*, facilmente identificado pelos seus três mastros.



Fonte: *Revista Illustrada*, foto de Ângelo Agostini. Acervo Brasileira Fotográfica.

Constituinte. Apresentaram-se três chapas: para presidente, o marechal Deodoro da Fonseca, tendo como candidato a vice-presidente o almirante Eduardo Wandenkolk; o senador paulista Prudente de Moraes, tendo como vice o marechal Floriano Peixoto; e, na terceira chapa, os políticos pernambucanos Joaquim Saldanha Marinho; e José Higino Duarte Pereira, respectivamente. Como se votava separadamente para presidente e vice-

presidente ocorreu que os marechais Deodoro e Floriano Peixoto, de chapas distintas, fossem eleitos. A República herdara um País territorialmente íntegro e estável, em comparação com os seus vizinhos de origem hispânica. Entretanto, o Brasil era muito pobre, à luz de seus indicadores econômicos, sendo grandes as assimetrias sociais. A economia era pouco diversificada, com exportações concentradas em poucos produtos, como o café e



a borracha, e muito dependente do capital estrangeiro. A população, de cerca de 14,3 milhões de habitantes, era predominantemente rural e pouco instruída, sendo 82,6 % analfabetos<sup>1</sup>. O País dispunha de mão de obra ociosa, visto que os escravos libertos não foram assimilados pelo mercado de trabalho.

Fig. 2 – Canhão Whitworth calibre 70 libras, fabricado em 1866, componente da bateria do Forte de São José, parte da Fortaleza de São João<sup>2</sup>.



Fonte: Foto do autor.

O País era como se fosse um arquipélago – e assim continuaria por muito tempo –, pois eram poucas as vias de comunicações terrestres e os únicos acessos relevantes para o fluxo de pessoas e mercado-

rias eram as vias marítimas ou fluviais, uma vez que a maioria das cidades de alguma importância concentrava-se junto ao litoral ou, se no interior, às margens dos rios. Era também o mar uma via potencial para as ameaças, fosse do ativo imperialismo europeu, que se manifestara na América por diversas vezes ao longo do século XIX, ou as recorrentes tensões com a Argentina.

Note-se que as preocupações do Brasil no Prata, as quais se vinculavam tais tensões, não eram um capricho ou simples herança da rivalidade entre Portugal e Espanha, mas impositivas. Para o Brasil, era crucial manter a livre navegação no rio da Prata como forma de ter acesso desimpedido a Mato Grosso. A província poderia ficar isolada, caso a Argentina incorporasse o Uruguai e o Paraguai, pois passaria a controlar a foz do rio da Prata e ambas as margens de seus principais tributários.

Por este motivo, ao longo do Segundo Reinado, fase de relativa paz interna, o foco da política externa brasileira fora garantir inte-



gridade territorial e prevenir o surgimento de um adversário político capaz de colocar em risco a segurança e primazia do País em âmbito regional.

A partir da segunda metade do século, a Argentina teria excepcional desenvolvimento econômico, em decorrência do incremento da exportação de produtos agropecuários, o que desbalanceava significativamente as relações de poder no cenário da nascente República. Para agravar as tensões, havia a Questão de Palmas com a Argentina<sup>3</sup>.

As forças armadas passavam por um processo crescente de politização e encontravam-se em estado de limitada proficiência, tanto por estarem desatualizadas, como por sofrerem penúria material e organizacional. A politização dos militares, que já se observava no Império, acentuar-se-ia com o advento da República, uma vez que setores das elites passaram a buscar cooptar parcela da oficialidade em

prol de seus projetos de poder. As tensões perdurariam por décadas, mesmo após a estabilização do regime.

A Marinha era pouco propensa às contendas políticas e teve atuação tímida no episódio da Proclamação<sup>4</sup>. Ganharia, injustamente, fama de monarquista, principalmente em função do envolvimento de parte de seus integrantes nas crises subsequentes, em oposição ao governo. Na verdade, assim como no Exército, existiam facções monarquistas e republicanas (ou mesmo com diferentes visões em relação à concepção do que era uma República) em seu meio. Diversos oficiais da Marinha compartilhavam o sentimento de que a República abriria novos horizontes para o Brasil. A comunidade naval respeitava o Império e as suas realizações e venerava o Imperador, mas as ideias republicanas que grassavam em meio à intelectualidade também a atingiu.



Na noite de 14 de novembro, véspera, portanto, do movimento, Benjamim Constant participou de uma reunião com oficiais republicanos, no Clube Naval. O então capitão de mar e guerra Custódio de Melo, comandante do cruzador *Almirante Barroso*, em viagem de instrução, recebeu telegrama do novo governo dando conta da proclamação e da nova bandeira, ainda provisória (as Armas do Império foram substituídas por uma estrela vermelha). Mandou confeccioná-la. Em alocução à tripulação, disse que a República alvitava dias melhores para o País, citando os Estados Unidos como exemplo. A bordo, encontrava-se o jovem Príncipe D. Augusto Leopoldo, oficial do navio e neto do imperador, que seria licenciado e desembarcaria no Ceilão<sup>5</sup>. Anteri-

ormente, a insatisfação de Custódio com relação ao progresso na carreira gerou comentários em correspondência pessoal remetida do teatro de operações, na Guerra da

Fig. 3 - Oficiais da Armada Imperial do Brasil. Sentados, Príncipe D. Augusto (à esq.) e Almirante Eduardo Wandenkolk (ao centro), c.1889.



Fonte: Felipe (Filippo) Fianza (????-1904), apud LAGO, Pedro Correa do. *Coleção Princesa Isabel*: fotografia do século XIX. Capivara, 2008.

Tríplice Aliança, os quais demonstravam a sua insatisfação e indicavam que suas convicções monárquicas não eram fortes<sup>6</sup>. Ainda assim, prestigiado, fruto de seus conhecimentos técnicos em artilharia, teve papel destacado no pro-



gresso da Marinha no pós-guerra, quando recuperou a capacidade oceânica, agora “mecanizada e metalizada”<sup>7</sup>.

Fig. 4 - O ministro da Marinha, almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladário.



Fonte: DPHDM.

O ministro da Marinha, almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, personagem que, atingido por tiros, batizaria com seu sangue o 15 de novembro de 1889, também participara de um

evento relacionado ao movimento republicano em seus primórdios. Na época capitão-tenente, José da Costa Azevedo não assinou o Manifesto Republicano de 1870, por ter sido dispensado por seus organizadores, visto achar-se em serviço ativo. Orgulhoso e impetuoso, em 1889, o barão reagiu armado à ordem de prisão dada por um tenente, a mando de Deodoro, o que não caracteriza reação de caráter ideológico. Mais tarde, seria senador da República, falecendo no exercício do segundo mandato, em 1904.

Dois eventos significativos envolveriam marcadamente a Marinha no alvorecer da República e teriam profundas consequências: a Revolta da Armada, em 1893 e 1894, que quase conduziu o País a uma guerra civil; e a Revolta dos Marinheiros, em 1910. Tais eventos teriam repercussões tanto internas quanto externas.



## A REVOLTA DA ARMADA

Considerando que não houve a adesão plena da força, o apropriado

seria denominá-la “Revolta na Armada” e não “da Armada”. Quando de sua eclosão, encontrava-se em joga a consolidação da

Fig. 5 - As principais obras de referência sobre o tema: *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta da Armada*, de Joaquim Nabuco; *A Diplomacia do Marechal*, de Sérgio Correa da Costa; *A Revolta da Armada*, do Almirante Hélio Leôncio Martins (1915-2016), inserido no Quinto Volume, Tomo 1A, da coletânea *História Naval Brasileira*; e *Marinha do Brasil: uma síntese histórica* (2018) (Capítulo VIII – “A Marinha e as Conturbações Políticas das Primeiras Décadas da República”).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em diversas obras.



República; a integridade e a segurança do País; as relações do governo federal com os governos dos estados da federação; o papel dos militares na nova estrutura de poder; e, até mesmo, o modelo que se materializaria: se o republicano francês, o padrão norte-americano, a ditadura positivista ou o caudilhismo típico da realidade latino-americana<sup>8</sup>.

Tais peculiaridades constariam das análises de três das principais obras que abordam o tema: *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta da Armada*, de Joaquim Nabuco (1849-1910), *A Diplomacia do Marechal*, de Sérgio Correa da Costa (1919-2005) e *A Revolta da Armada*, do almirante Hélio Leôncio Martins (1915-2016), inserido no Quinto Volume, Tomo 1A, da coletânea *História Naval Brasileira* (1995). O texto do almirante Leôncio seria transformado em livro, bem como se tornaria obra básica de referência para o Capítulo VIII – “A Marinha e as Conturbações Políticas das Primeiras Décadas da República”, do

livro *Marinha do Brasil: uma síntese histórica* (2018), que serve de base para este artigo.

O embaixador Joaquim Nabuco oferece uma visão contemporânea do tema, na perspectiva de um intelectual com vasta familiaridade com as relações internacionais e o direito. É particularmente crítico à conduta de Floriano Peixoto, principalmente por comprometer a imagem e a segurança do País, ao destruir os meios navais e recorrer a auxílio estrangeiro, em um cenário em que já se encontrava frágil. Demonstrou particular apreço à figura do almirante Saldanha da Gama. O embaixador Sérgio Correa da Costa, por sua vez, pôde analisar o episódio com menos paixão, em decorrência do grau de isenção propiciada pelo avançar do tempo. Além disso, teve a oportunidade de pesquisar arquivos estrangeiros. O almirante Leôncio, por sua vez, agregou a percepção crítica de um oficial de Marinha, sem se deixar levar por vieses cognitivos decorrentes do espírito de corpo.



O primeiro envolvimento da Marinha na confrontação contra o governo ocorreu em novembro de 1891, quando o Congresso aprovou projeto de lei sobre crimes de res-

kolk e Custódio de Melo, e general Jose Simeão. Custódio conseguiu escapar e sublevou parte da Esquadra. Alguns elementos do Exército juntaram-se à sublevação. Neste

Fig. 6 - Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República, e almirante Custódio de Melo.



Fonte: DPHDM.

ponsabilidade do presidente da república, o qual foi vetado por Deodoro. Em sequência, o veto foi derrubado no Legislativo. O presidente dissolveu o Congresso (3 de novembro) e decidiu pela prisão dos congressistas Quintino Bocáiuva, almirantes Eduardo Wanden-

meio tempo, o vice-presidente Floriano Peixoto conspirava contra o Presidente e, no Rio Grande do Sul, iniciavam-se conflitos entre grupos locais.

Diante da crise, Deodoro renunciou. Floriano assume o governo em 23 de novembro de 1891 e



supera a revolta: chama Custódio de Melo para o Ministério da Marinha, reabre o Congresso e destitui os presidentes estaduais que se mantiveram favoráveis a Deodoro, indo além de suas atribuições legais.

Floriano entendeu que poderia completar o mandato, a despeito de a Constituição de 1891 determinar que se convocasse novas eleições<sup>9</sup>. Em 6 de abril de 1892, os jornais publicaram um manifesto assinado por 13 oficiais-generais (quatro almirantes e nove generais), conciliando o presidente em exercício a convocar eleições para preenchimento do cargo. Floriano determinou a reforma de 11 e a passagem de dois para a segunda classe. Um deles, o almirante Eduardo Wandenkolk, ex-ministro da Marinha de Deodoro e senador, foi preso e desterrado para Tabatinga, juntamente com outros inimigos políticos (10 de abril de 1892)<sup>10</sup>. Posteriormente, seriam anistiados pelo Congresso (agosto de 1892).

A agitação do período provocaria conturbações nas unidades da

federação. A mais séria no Rio Grande do Sul, onde irromperia a Revolução Federalista, em fevereiro de 1893, a qual se expandiria para Santa Catarina e Paraná, chegando a ameaçar São Paulo. Wandenkolk, anistiado, juntar-se-ia aos revoltosos gaúchos. Seria capturado em Santa Catarina, após um malsucedido ataque naval à cidade de Rio Grande, e recolhido preso à fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, em julho de 1893.

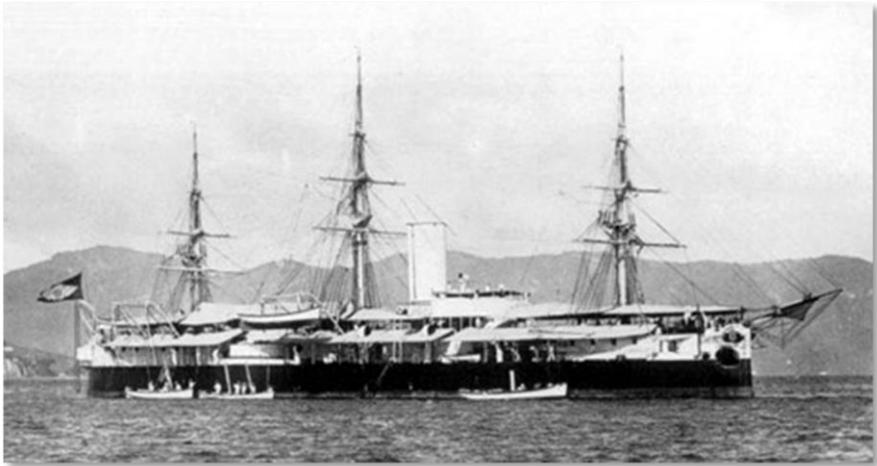
O almirante Custódio de Melo, ao assumir o Ministério da Marinha no governo Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891, percebia-se como um líder de um movimento vitorioso, que entregara o mando da nação ao vice-presidente, como determinava a Constituição. Julgava-se com a autoridade do vencedor. Assim, fomentava a projeção política da Marinha e conseqüentemente a sua, buscando atuar em todos os assuntos nacionais. Floriano, pragmático, frio e discreto, contribuía para a manutenção desta ilusão.



Custódio atuaria em várias frentes em atitudes convergentes com os interesses de Floriano, apoiando, por exemplo, as punições aos oficiais-generais impostas em abril de 1892. Aceitaria a decisão do Congresso que conferiu legitimidade à permanência do vice-presidente na chefia do executivo (1º de junho), fundamentado na existência de ambiguidade nas Disposições Transitórias da Constituição<sup>11</sup>, onde um artigo asseguraria a permanência do vice-presidente durante o primeiro perí-

odo presidencial (Floriano utilizaria o título de vice-presidente até o último dia do mandato). A partir de então, com Floriano sentindo-se forte, as divergências de opinião entre o vice-presidente e o ministro da Marinha começaram a se tornar sérias, particularmente em relação às medidas a serem tomadas no tocante ao conflito em crescimento no Rio Grande do Sul. Custódio, que se autointitulava “sentinela da Constituição”, demite-se, deixando o Ministério em 30 de abril de 1893.

Fig. 7 – O encouraçado *Aquidabã*.



Fonte: DPHDM.



Com a saída de Custódio, acentuou-se a insatisfação que grassava na Marinha em relação a Floriano. A Armada, gradualmente, envolve-se na anarquia reinante, visto que as flotilhas estaduais, mais próximas às comunidades locais, passaram a imiscuir-se em questões partidárias, como ocorreria no Amazonas, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

Antes aliado, Custódio de Melo passa a exigir o cumprimento à Constituição, com eleições para presidente. O veto de Floriano à lei que o impediria de concorrer à próxima eleição (4 de setembro de 1893) desencadeia a crise. No dia 5, o Batalhão Naval se rebela; no dia seguinte, Custódio assume o comando da rebelião, mobilizando diversos navios da Esquadra. Alguns congressistas juntam-se ao almirante, a bordo do encouraçado *Aquidabã*. Em 7 de setembro, Custódio e seus apoiadores lançam um manifesto para que Floriano deixe o governo, sem sucesso.

O almirante, possivelmente, imaginava repetir os acontecimentos que levaram à queda de Deodo-

ro em 1891, mas a situação era diferente, pois o vice-presidente tinha o Exército ou, ao menos, significante parcela dele, a seu lado, controlava a quase totalidade das fortalezas da Baía de Guanabara e não estava submetido à rejeição política relevante a ponto de se submeter.

Entretanto, a situação era propícia para a eclosão de uma sedição na Marinha, visto que existiam inúmeros motivos de insatisfação: ingerência do Exército nas promoções na Marinha; concessão de aumento diferenciado de soldo para os militares do Exército e da Marinha nos governos Deodoro e Floriano; e o tratamento dispensado a Wandenkolk, que era um almirante de prestígio.

Para Rui Barbosa, três fatores contribuíram para a tentativa de Custódio de Melo de derrubar Floriano: 1) a percepção de que ele não convocaria eleições presidenciais e tentaria se perpetuar no poder; 2) a continuação do combate ao federalismo no Rio Grande do Sul, apesar das promessas de pacificação do estado; e 3) a intenção



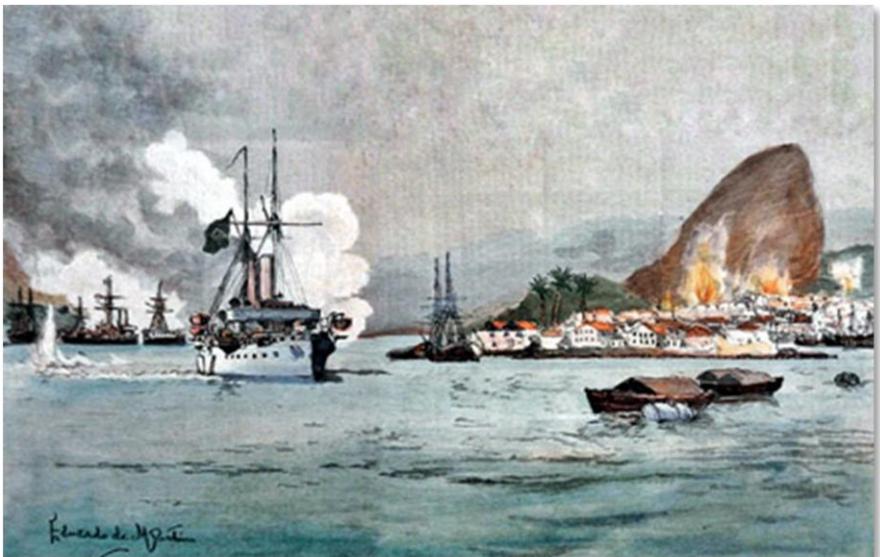
de Floriano de passar por cima do Conselho Naval de Investigação e de julgar Wandenkolk por um tribunal militar do Exército, além da inflexibilidade em voltar atrás quanto à reforma compulsória dos almirantes envolvidos nos episódios de abril de 1892<sup>12</sup>.

Às razões e ambições pessoais de Custódio de Melo somar-se-iam aos ingredientes que desencadeariam a revolta, a qual, a despeito dos

objetivos divergentes, alinhar-se-ia à Revolução Federalista.

Os revoltosos planejavam instalar um governo paralelo na cidade de Santos, que seria tomada por uma força naval proveniente do Rio de Janeiro. Para compor a força naval, além de alguns navios de guerra, os revoltosos apoderaram-se de navios mercantes e de rebocadores. Contudo, na maior parte do tempo em que durou a

Fig. 8 - Encouraçado *Aquidabã* atirando na direção da Urca durante a Revolta da Armada.



Fonte: Quadro de Eduardo de Martino, acervo da DPHDM.



revolta, boa parte desta força ficou reclusa na Baía de Guanabara, obtendo apoio logístico nas localidades das suas margens e nas ilhas. No período, ocorreram diversos duelos de artilharia entre os navios e instalações fortificadas no continente e destas com a Ilha de Villegagnon, com centenas de mortos e de feridos, inclusive civis. Combates violentos foram travados na Ilha do Governador e em Niterói. Os navios forçaram a barra da Baía de Guanabara algumas vezes, trocando tiros com as fortalezas, também sofrendo baixas severas<sup>13</sup>.

A revolta apavorou a população do Rio de Janeiro e do entorno da Baía de Guanabara, em vista das ameaças de bombardeio da capital e dos diversos combates que ocorreram. Também teve repercussão internacional, particularmente por existirem vários navios de guerra estrangeiros no Rio de Janeiro<sup>14</sup>. A interferência estrangeira seria relevante para a derrota da revolta.

Sob pretexto de se evitar danos ao comércio que o bloqueio da capital provocaria, os comandantes estrangeiros impediram que Custó-

dio de Melo e, mais tarde, Saldanha da Gama ameaçassem o governo, fosse por desembarque, por bloqueio ou bombardeio. Também impuseram restrições ao governo. O almirante Hélio Leôncio Martins, assim comentou sobre a presença desses navios:

A Revolta da Armada regulada, controlada, analisada, verificada e dirigida pelas potências estrangeiras através das trocas contínuas de notas, acusações, [...] tudo contando, muitas vezes, com os agradecimentos de ambos os contentores, constituía, não há dúvidas, mesmo no tempo da ‘diplomacia das canhoneiras’, atentado grave à soberania do País<sup>15</sup>.

Ainda que tal interferência tenha sido definidora à época, observou-se, entre os estrangeiros, alguns sinais de simpatia e respeito - ou mesmo do “espírito de classe” que une as marinhas - para com os revoltosos podiam ser identificados:

- O contra-almirante George Stanton, norte-americano, ao chegar ao Rio de Janeiro a bordo do



USS *Newark*, em outubro, salvou à terra. A salva foi respondida pela fortaleza de Santa Cruz, do Governo, e pela de Villegagnon, rebelde. Em seguida, salvou o pavilhão de Custódio de Melo e foi a bordo visitá-lo. O incidente teria grande repercussão gerando protesto diplomático<sup>16</sup>. Stanton, imediatamente, foi destituído do cargo por telegrama<sup>17</sup>.

- Tripulantes do HMS *Sirius* impediram uma tentativa de ataque ao *Aquidabã*, com explosivos (mina, então chamada torpedo, que seria fixada em seu costado), por mercenários a serviço do governo, a bordo de uma lancha que tentou aproximar-se do encouraçado dissimuladamente, envergando pavilhão britânico<sup>18</sup>.

- No desenrolar dos combates na Ponta da Armação (Niterói), as forças navais estrangeiras não puderam ocultar o seu entusiasmo. O rebocador *Gil-Blas* protegera a retirada dos combatentes, sendo batido violentamente pela fuzilaria dos atacantes e pela artilharia de Gragoatá. Quando pôde fazer-se ao largo, só tinha três homens ilesos.

A visão de seu convés coberto de sangue era desoladora. Vendo o estado do rebocador, a guarnição do USS *San Francisco* começou a bradar “hurras” pela atitude heroica, no que foram seguidos pelas guarnições de outros navios norte-americanos<sup>19</sup>.

O governo Floriano usou o argumento da ameaça restauradora (monarquia) para cooptar a opinião pública. No campo externo, buscou isolar diplomaticamente os revoltosos. Convidou representantes diplomáticos acreditados no Brasil para discutir quanto à proteção de seus cidadãos (convite que, para a sua surpresa, foi rejeitado). Obteve sucesso na aproximação com os EUA. As negociações do representante brasileiro em Washington, Salvador Mendonça, e o secretário de Estado, James Blaine, foram proveitosas. Salvador persuadiu Blaine a apoiar Floriano. Buscou convencer os norte-americanos a enviar navios de sua esquadra, a fim de impedir que os revoltosos derrubassem a República; e, com o auxílio de um empresário, Charles Flint, improvisou uma esquadra, a



ser empregada contra as forças revoltosas. Além disso, agentes do governo empenharam-se em obter meios navais na Europa, no que seriam qualitativamente mais bem-sucedidos, quando comparados aos improvisados ou experimentais navios de guerra providos por Flint.

O mês de novembro de 1893 assinalou uma inflexão na revolta, cuja situação estava se tornando insustentável: Custódio de Melo deixa a Baía de Guanabara e procede para o Sul, sedimenta-se o vínculo com a Revolução Federalista e o almirante Luiz Filipe de Saldanha da Gama que, até então, empenhava-se em ser neutro, adere à revolta.

As convicções de Saldanha estavam abaladas. Recebia inúmeras pressões, tanto do governo quanto internas, dos aspirantes e guardas-marinha (muitos deles fugiam para os navios rebelados e eram resgatados pelo almirante). Tinha repugnância ao movimento armado, mas também grandes restrições em relação a Floriano, que tentou cooptá-lo, convidando-o para assumir

a chefia do Estado-Maior Geral da Marinha, ou seja, a chefia militar da força, e oferecendo como opção uma função no exterior. Do Sul, correspondência calorosa de Silveira Martins<sup>20</sup> clamava por sua participação e insistia na ligação entre a Revolta da Armada e a Revolução Federalista. Tal conjuntura o levou a aderir à revolta.

Em reunião na Escola Naval, Custódio e Saldanha estabelecem novos rumos para a revolta. Segundo a concepção de Saldanha, aceita por Custódio, este procederia para Santa Catarina com dois navios e dali passaria a apoiar os federalistas em seu avanço para norte, colocando os governistas em duas frentes. Tal medida permitiria, ainda, opor-se às forças navais governistas, então em organização, e a realização de operações de desembarque de tropa nas proximidades do Rio de Janeiro.

Assim, na madrugada de 1º de dezembro, Custódio de Melo, embarcado no encouraçado *Aquidabã*, acompanhado pelo cruzador-auxiliar *Esperança*, cruza a barra da Guanabara sob o fogo concen-



trado das fortalezas. Saldanha assume o comando dos navios que permaneceram na Guanabara, relativamente de pouca capacidade militar.

No início de janeiro de 1894, enquanto os federalistas avançavam sobre o Paraná, Saldanha contava poder realizar o seu plano estratégico, com o desembarque de tropas vindas do Sul, no Rio de Janeiro. Mas vê-se frustrado, pois

eram crescentes a falta de recursos e a interferência estrangeira, particularmente dos norte-americanos.

Em 12 de janeiro, o *Aquidabã* retorna à Guanabara, ingressando na baía sob o fogo das fortalezas. O breve entusiasmo que despertou entre os revoltosos desvaneceu ao ser constatado que não vinha acompanhado da força de desembarque, bem como as suas deficiências materiais e de pessoal.

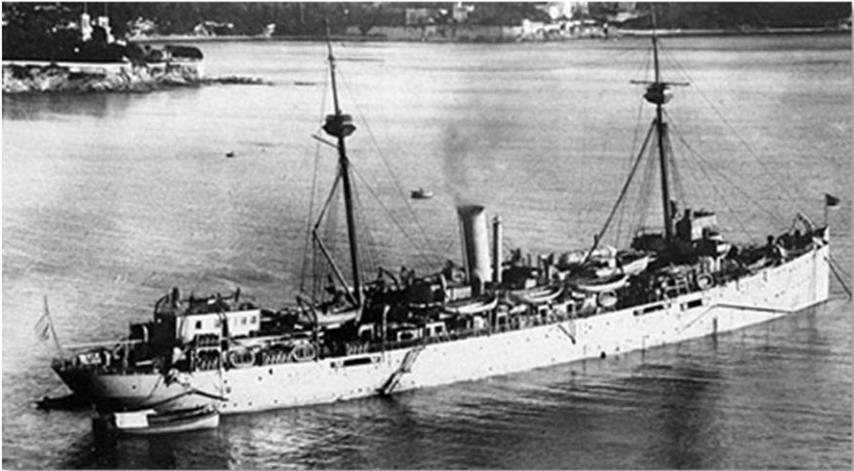
Fig. 9 - O encouraçado *Aquidabã* forçando a Barra do Rio de Janeiro sob fogo em 1º de dezembro de 1893. O navio é retratado sendo iluminado pelo Forte de São José, parte do complexo da Fortaleza de São João. A direita aparece a Fortaleza de Santa Cruz..



Fonte: Quadro de Trajano de Carvalho, acervo da DPHDM.



Fig. 10 - Navio mercante *El Cid*, rebatizado como cruzador *Nitcheroy*, o maior navio da Esquadra Legal. Foi vendido para a Marinha dos EUA em 1898, onde foi classificado como navio auxiliar e rebatizado como USS *Buffalo*, permanecendo em serviço até 1927.



Fonte: US Navy

Em 21 de janeiro, o *Aquidabã*, acompanhado do cruzador *República*, cruza a barra mais uma vez. O plano inicial era dar combate aos navios da Esquadra Legal que se encontravam em Salvador. Mas, devido às avarias sofridas pelo *República*, em consequência dos impactos que recebeu, Custódio determinou que aquele navio procedesse para Paranaguá, a fim de ser reparado. O *Aquidabã* aguardaria a sua prontificação. Nova or-

dem determina que ambos procedessem para o Desterro (atual Florianópolis), onde deveriam esperar o ataque da Esquadra Legal<sup>21</sup>.

O governo passa então à ofensiva, agora sem as limitações impostas pelos comandantes estrangeiros. Em 11 de março, comunica que iniciaria as hostilidades contra os navios e fortificações revoltosos, empregando os canhões das fortalezas e das baterias posicionadas nas elevações ao longo da cos-



ta, em 48 horas. Saldanha, por fim, avalia que não há mais esperança. Decide pela capitulação e pela solicitação de asilo aos navios estrangeiros em caso de recusa da proposta pelo governo.

Fig. 11 - O almirante Jerônimo Gonçalves foi reconvocato para o comando da Esquadra Legal. Veterano da Guerra da Tríplice Aliança, o então tenente Jerônimo Gonçalves passara para a história por seu desempenho heroico na tomada da Ilha de Redenção, em 1866, entre outros eventos.



Fonte: DPHDM.

O comandante português, capitão de fragata Augusto de Castilhos, ante a situação dramática em que se encontravam os revoltosos, sem consultar o seu representante diplomático (que estava em Petrópolis), é o único que aceita o pedido (responderia a Conselho de Guerra por sua decisão<sup>22</sup>). Também aquiesce em intermediar proposta de capitulação, a qual é rejeitada pelo governo.

Na manhã do dia 13, os revoltosos invadem as corvetas portuguesas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque*, que recebem, respectivamente, 276 e 251 militares de diversos postos e graduações. Saldanha foi um dos últimos a chegar e não consegue e nem se anima a controlar a situação, que extrapolava o acordado com Augusto de Castilhos. As condições tornaram-se críticas para os pequenos navios, incapacitados de alojar adequadamente tal contingente.

Na tarde deste dia, em uma demonstração de força por parte do governo, os navios e posições revoltosos desguarnecidos foram bombardeados por cerca de uma



hora. Para Hélió Leôncio Martins, o asilo concedido por Augusto de

Fig. 12 - O capitão de fragata Augusto de Castilho era o oficial da Marinha portuguesa mais antigo presente no Rio de Janeiro. Aceitou o pedido de asilo formulado por Saldanha, sem consultar o representante diplomático de seu país. Por este motivo, seria preso e responderia a Conselho de Guerra após retornar a Portugal, acusado de ter agido além de sua competência. Sua coragem e determinação o colocam como um dos personagens mais notáveis deste triste episódio de nossa história.



Fonte: Desenho de Angelo Agostini (1843–1910) retratando Augusto de Castilho e a corveta *Mindelo* sendo invadida pelos revoltosos, em 13 de março de 1894.

Acervo da Revista *Don Quixote*, nº 2 (1894).

Castilho frustrara Floriano e seus partidários, ao impedir que ocorresse o ato mais relevante da vitória do Governo, que seria o desfile dos prisioneiros saindo de seus navios e fortalezas e, “talvez o fuzilamento do traidor Saldanha”. “Os frâgeis costados de madeira dos navios portugueses evitaram para os revoltosos o *Dies Irae*<sup>23</sup> prometido e desejado”<sup>24</sup>.

O drama não se encerraria aí. O governo brasileiro exigiu do governo português a entrega dos asilados, o que foi recusado. Ante a situação insustentável, Castilho decidiu proceder para Buenos Aires, aonde os navios chegaram aos dias 25 e 26, após uma dura viagem. Ali ocorreram inúmeros incidentes. Vários asilados conseguiram fugir, particularmen-



te depois que as autoridades argentinas, alegando motivos sanitários, determinarem o fundeio afastado dos navios, ou seja, mais próximos da margem uruguaia, de onde conseguiram obter auxílio. Transferidos para Montevidéu, ali os brasileiros foram dignamente alojados. Saldanha tornou-se objeto de homenagens e demonstrações de respeito, sendo-lhe conferida liberdade para fixar-se no país ou mudar-se para o exterior. O asilo concedido aos revoltosos levaria o governo brasileiro a romper relações diplomáticas com Lisboa, em 13 de maio.

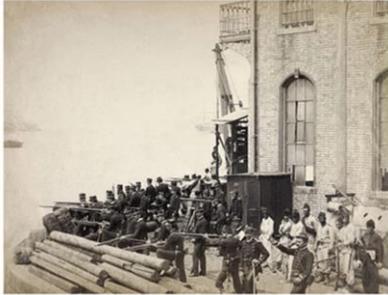
Enquanto acontecimentos dramáticos desenrolavam-se no Rio de Janeiro, no Sul, a situação já não era tão favorável aos federalistas. No que se refere à área marítima, fracassou a expedição que tinha por tarefa forçar a barra do Rio Grande, desembarcar e ocupar Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, a qual largara do Desterro, em 3 de abril. Malsucedida em terra, a tropa foi reembarcada no dia 11 e desembarcada em Castilhos, na costa do Uruguai. Dali, os navios

seguiram para Buenos Aires, onde fundearam em 16. Em carta ao presidente argentino, Custódio de Melo fez entrega da esquadra àquela nação. Encerrou-se, assim, a atuação da força naval revoltosa (exceto quanto ao *Aquidabã*).

Quando a esquadra procedeu para o Sul, o *Aquidabã* ficou no Desterro, com o propósito de defender o Estado e, caso a Esquadra Legal tentasse obstar o ataque ao Rio Grande, proteger a retirada dos navios da força de desembarque. Entretanto, a situação do *Aquidabã* era precária, consequência do desgaste decorrente do uso continuado sem manutenção e das avarias infligidas pelos tiros das fortalezas, associada à indisponibilidade de estrutura logística de apoio apropriada aos reparos. A Esquadra Legal vai encontrá-lo fundeado no canal de Santa Catarina, entre o continente e a ilha de mesmo nome. Na madrugada de 15 para 16 de abril, as torpedeiras aproximaram-se do encouraçado, que reagiu sem conseguir atingi-las (as torpedeiras foram percebidas muito próximas, o que implicava em



Fig. 13 - Tropas legalistas na zona portuária e na praia de Santa Luzia. O governo havia declarado a Capital Federal “Cidade Aberta”, o que significaria abrir mão dos esforços defensivos. No entanto colocou canhões em vários pontos, o que gerou protestos por parte dos comandantes estrangeiros. Além disso, de maneira atilada, não deslocou tropa do Exército sediada no Rio de Janeiro para combater a Revolução Federalista, lançando mão de efetivos de outros estados para tal.



Fonte: DPHDM

ângulo de elevação dos canhões inferior ao mecanicamente permitido pelo armamento para atingi-las; assim, os disparos passavam sobre as atacantes).

A torpedeira *Gustavo Sampaio*, comandada pelo capitão-tenente Altino Flávio Correia, logrou acertar um torpedo na proa do *Aquidabã*. Alexandrino ainda suspendeu com o navio, mas a proa ficou pesada em demasia devido ao alagamento. Decidiu retornar para local raso, onde o navio poderia repousar no fundo. A tripulação e,

após alguma excitação, o comandante Alexandrino abandonaram o navio. Alexandrino, mais tarde, juntar-se-ia aos maragatos, combatendo junto à cavalaria. Ferido, internar-se-ia na Argentina.

Saldanha da Gama, após equacionar a situação de seus comandados que haviam passado ao Uruguai, decidiu seguir para a Europa, com o propósito de defender os 170 asilados que foram levados para Portugal e que se encontravam retidos e submetidos a privações nas fortalezas de Elvas e



de Peniche. Antes da viagem, avisou-se com o líder maragato Silveira Martins, em Buenos Aires, que lhe propôs assumir a chefia militar da Revolução Federalista. Saldanha, entretanto, considerou que a sua prioridade era cumprir a promessa de colocar-se à disposição do governo português, logo que os seus homens estivessem em segurança. Também tencionava libertar os brasileiros retidos em Portugal.

Fig. 14 - O encouraçado *Aquidabã* após torpedeamento, em reparo em dique da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro. O rombo no costado provocado pelo ataque da torpedeira Gustavo Sampaio é visível na proa.



Fonte: DPHDM.

Viajou para a Europa, mas não conseguiu chegar a Portugal, em função da hostilidade que o aguardava naquele país. Entretanto, deixou recursos financeiros para o repatriamento, o qual finalmente ocorreria em setembro, com a liberação dos detidos em Elvas e em Peniche.

Retornou à América do Sul e aceitou o comando oferecido por Silveira Martins meses antes. Em setembro de 1894, abraçou com energia, como era de seu feitio, o trabalho de organizar as forças federalistas. Seria morto em combate em Campo Osório, Rio Grande do Sul, em 24 de junho de 1895. Na ocasião, junto com o almirante, mais de 200 de seus homens foram mortos, sendo muitos deles degolados.

Prudente de Moraes, após assumir a presidência em 15 de novembro de 1894, buscou apaziguar o País. Nomeou para o 6º Distrito Militar (Rio Grande do Sul) o general Inocêncio Galvão de Queiroz com a missão de obter a pacificação do estado. O general procurou estabelecer ligações com os federa-



listas mesmo antes de assumir o cargo.

Por fim, os revoltosos foram anistiados, processo que teve como ponto de partida um projeto de anistia relacionado à Revolta da Armada apresentado pelo senador Barão de Ladário, em 7 de maio de 1895. Sucessivamente alterado e submetido a amplas discussões, a anistia ampla seria finalmente aprovada pelo Decreto nº 310, de 21 de outubro de 1895,

que Amnistia todas as pessoas que directa ou indirectamente se tenham envolvido nos movimentos revolucionarios occorridos no territorio da Republica até 23 de agosto do corrente anno, com as restricções que estabelece<sup>25</sup>.

A anistia foi efetiva, tanto que os reintegrados não foram segregados e tiveram carreira normal, sendo que muitos exerceram cargos elevados. Cita-se como exemplo o comandante do *Aquidabã*, Alexandrino Faria de Alencar, Ministro da Marinha de cinco presidentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, encerrou-se este triste episódio de nossa história. Luta fratricida, em que as paixões, os desejos de vingança e a selvageria eram recorrentes, fazendo com que as baixas não se limitassem ao combate, mas se estendessem com violência aos prisioneiros, a ponto de muitos serem executados de imediato por seus captores.

As causas da derrota podem ser assim resumidas: 1) má avaliação do quadro político nacional, no que se refere ao apoio possível de ser obtido para a revolta – ao contrário do movimento que levou à queda de Deodoro, ao se desencadear a revolta inexistia oposição política relevante a Floriano; 2) incapacidade dos revoltosos em estabelecer um governo alternativo que lhes conferisse credibilidade como parte beligerante; falta de coordenação entre as lideranças da Revolta da Armada e da Federalista; 3) ações em terra e no mar precariamente coordenadas; interferência dos comandantes das forças navais estrangeiras, que limitaram



as ações dos rebeldes na Baía de Guanabara; 4) não exploração da mobilidade, uma vantagem inerente às Marinhas (navios importantes, que poderiam ser úteis em outros cenários, ficaram estacionados por grandes períodos); 5) desprezo a um princípio elementar da estratégia naval, que é o de “eliminar a esquadra inimiga”, não enfrentando a frágil Esquadra Legal, na época devida (para o que bastaria o *Aquidabã*, em condições propícias).

A revolta eclodiu em um momento delicado, em que a República ainda não se firmara, e suas consequências seriam sentidas por muitos anos, tanto no campo interno como no externo. Afetou as finanças nacionais; trouxe a ameaça da tirania; degradou o poder militar; comprometeu a soberania nacional, pela clara intervenção estrangeira; e contribuiu para agravar o risco de secessão da federação<sup>26</sup>. No campo externo, além de gravar negativamente a imagem do País, o enfraquecimento do poder militar mostrou-se danoso à luz dos contenciosos de então.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Guilherme. A Marinha e as conturbações políticas das primeiras décadas da República. In: ABREU, Guilherme (org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

BRASIL. *Decreto n. 310*, de 21 de outubro de 1895.

COSTA, Sergio Corrêa. *A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Brasília: FUNAG, 2017.

FERREIRA, Ana; CARVALHO, Carlos. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). *XII Encontro de Pesquisa em Educação / Centro Oeste*, 2014, Goiânia: UFG, 2014, pp. 1-12. Disponível: Ana-Emília-Cordeiro-Souto-Ferreira\_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf (pucgoias.edu.br). Acesso: 24 nov. 2023.

MARTINS, Hélio. A Revolta da Armada - 1893. In: *História Naval Brasileira*. Quinto volume, Tomo



1. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. 1995.

MARTINS, Hélio. *A Revolta da Armada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2003.

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Ana; CARVALHO, Carlos. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). *XII Encontro de Pesquisa em Educação / Centro Oeste*, 2014, Goiânia: UFG, 2014, pp. 1-12. Disponível: Ana-Emília-Cordeiro-Souto-Ferreira\_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf (pucgoias.edu.br). Acesso: 24 nov. 2023.

<sup>2</sup> O Forte de São José foi uma das fortificações mandadas remodelar e rearmar por D. Pedro II em face de suas preocupações com a ameaça representada pelos britânicos, a partir da crise denominada Questão Christie, de 1863. Ironicamente, este, assim como outras dezenas de canhões que compunham o armamento da fortaleza eram de fabricação inglesa. A Fortaleza de São João teria papel relevante no combate contra os revoltosos na Armada.

<sup>3</sup> A Questão de Palmas foi um contencioso entre a Argentina e Brasil, que disputavam uma região a oeste dos Estados de Santa Catarina e Paraná. A contenda foi arbitrada pelo presidente dos Estados Unidos, que emitiu parecer favorável ao Brasil, em 1895.

<sup>4</sup> O movimento de tropas realizado na manhã de 15 de novembro de 1889



limitou-se à deposição do ministério de Ouro Preto. Em sequência, Deodoro, doente, recolheu-se à sua residência. Os republicanos não se conformaram com esta situação dúbia. Por iniciativa do jornalista José do Patrocínio, reuniram-se na Câmara Municipal, onde hastearam a primeira bandeira republicana – semelhante à norte-americana, com listras verdes e amarelas – e redigiram um manifesto, em nome do “Povo, Exército e Armada Nacional”, o qual decretava a deposição da dinastia imperial e instituiu um governo provisório, dissolvia a Câmara, abolia o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado. A proclamação foi levada para a assinatura de Deodoro e complementada com o Decreto nº 1, que decretava a República como forma de governo. Cf. MARTINS, 1997, p. 25.

<sup>5</sup> O Príncipe D. Augusto Leopoldo faria carreira na Marinha Austro-Húngara, o que foi possível por ele ser um Habsburgo, por descendência de sua avó Imperatriz Leopoldina, casa reinante no Império Austro-Húngaro.

<sup>6</sup> MARTINS, Hélio. A Revolta da Armada - 1893. In: *História Naval Brasileira*. Quinto volume, Tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. 1995.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 64.

<sup>8</sup> Adaptado de Arno Wehling, no prefácio do livro *A Revolta da Armada*, de Hélio Leôncio Martins, Cf. MARTINS, 1997, p. 9.

<sup>9</sup> A Constituição de 1891, em seu artigo 42, estabelecia: “*Artigo 42 – Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição*”.

<sup>10</sup> O almirante (e senador) Eduardo Wandenkolk destacava-se entre os opositores ao governo pela agressividade com que atuava, e gozava de grande prestígio nos meios navais. Sua prisão foi um episódio humilhante, quando foi encontrado em uma choupana de pescadores na Gávea, então local isolado. Wandenkolk jamais perdoaria Floriano, sentimento que o levou à ação rebelde junto à Revolução Federalista, a qual pode ser enquadrada como uma vingança pessoal. Ver MARTINS, 1997, p. 80-83.

<sup>11</sup> Constituição de 1891 – Disposições Transitórias: “*Art 1º – Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em assembleia geral, elegerá em seguida, por maioria absoluta de votos, na primeira votação, e, se nenhum candidato a obtiver, por maioria relativa na segunda, o Presidente e o Vice-Presidente dos Estados Unidos do*



---

Brasil. § 1<sup>o</sup> – XXX § 2<sup>o</sup> – *O Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial*”.

<sup>12</sup> Adaptado de ALSINA, 2015, p. 91-92.

<sup>13</sup> O primeiro forçamento foi tentado pelo cruzador *República*, o transporte *Palas* e a torpedeira *Marcílio Dias*, em 16 de setembro de 1893. O cruzador passou incólume, mas os dois outros navios foram repelidos. Obtiveram sucesso, em segunda tentativa, no dia seguinte. Os navios demandaram Santa Catarina, onde os revoltosos assenhoraram-se da capital, então denominada Desterro, criando, deste modo, aquele que se tornaria o primeiro vínculo efetivo com a Revolução Federalista. Em 12 de outubro, o *Meteoro*, e, no dia seguinte, o *Uranus*, dois navios mercantes convertidos, cruzaram a barra, com grandes avarias e 90 baixas de pessoal, sendo que 37 mortos. Após superarem as avarias, os navios conseguiram chegar a Santa Catarina com reforços para as operações da Revolução Federalista. Em outros episódios, o Encouraçado *Aquidabã*, sob o comando de Alexandrino de Alencar, forçaria a barra por três vezes, recebendo diversos impactos.

---

<sup>14</sup> Marinhas da Alemanha, EUA, França, Itália e Portugal. O número de navios de guerra estrangeiros, na Baía de Guanabara ou nas proximidades, no auge, chegou a dezessete durante a revolta, sendo cinco cruzadores dos EUA.

<sup>15</sup> MARTINS, op.cit., p. 203.

<sup>16</sup> O jornal *The New York Times*, em notícia publicada em 27 de outubro de 1893, reprovou o “erro” do Almirante Stanton, ao tratar Custódio como beligerante, pois seria um pirata (*ADMIRAL STANTON'S ERROR; LAMENTABLE IGNORANCE OF INTERNATIONAL LAW. Admiral Mello, Without Recognition as a Belligerent, Is Simply a Pirate in Law*). Disponível: ADMIRAL STANTON'S ERROR; LAMENTABLE IGNORANCE OF INTERNATIONAL LAW. Admiral Mello, Without Recognition as a Belligerent, Is Simply a Pirate in Law -- The Authorities Were Within Reach of Stanton, and His Blunder Is Inexplicable to Naval Men -- Secretary Herbert Declines to Make Any Further Statement. - The New York Times (nytimes.com).

<sup>17</sup> COSTA, Sergio Corrêa. *A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Brasília: FUNAG, 2017.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> Ibid.



---

<sup>20</sup> Gaspar Silveira Martins (1835-1901) foi um magistrado e político brasileiro. Os seus seguidores eram conhecidos como maragatos. Foram os maragatos que iniciaram a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, em protesto à política exercida pelo governo federal, em 1893.

<sup>21</sup> A Esquadra Legal, também conhecida como “Esquadra de Papelão”, somente chegaria ao Rio de Janeiro em 10 de março de 1894, tendo relativamente pouca eficácia. Suas tripulações eram, em grande parte, formadas por mercenários. A comandava o almirante reformado Jerônimo de Gonçalves, veterano da Guerra da Tríplice Aliança, o qual contava, ainda, com unidades da Marinha do Brasil que se encontravam em Montevidéu e não aderiram à revolta.

<sup>22</sup> O capitão de fragata Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha (1841-1912), por ter agido além de sua competência, ficou preso por três meses, sendo depois julgado e absolvido. Levou-se em conta a sua extensa folha de serviços no julgamento. Prosseguiu na carreira, tendo chegado ao Almirantado e, em 1908, exercido o cargo de ministro da Marinha e do Ultramar.

<sup>23</sup> *Dies Irae*: Dias de Ira.

<sup>24</sup> MARTINS, 1997, op.cit., p. 334.

---

<sup>25</sup> BRASIL. *Decreto n. 310*, de 21 de outubro de 1895.

<sup>26</sup> Aqui, a argumentação, em larga medida, apoiou-se em texto de Joaquim Nabuco.